



JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Ano 4 - Número 323 - 24 de Fevereiro de 2017 - www.ibipora.pr.gov.br

Lei Nº 2.643 de 26 de setembro 2013 / Lei Nº 2.705 de 21 julho de 2014

Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 115, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBIPORA, Estado do Paraná no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e conforme disposto na Subseção III, artigo 201, parágrafo único da Lei Municipal nº 2.236/2008 que trata do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ibiaporã,

DECRETA:

Art.1º TORNAR público os resumos dos Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT – IN 118), das Secretarias Municipais, dos Setores e Departamentos da Prefeitura Municipal de Ibiaporã, conforme anexo único.

Art.2º Para os servidores estatutários, a base de cálculo para o pagamento do Adicional de Insalubridade e Periculosidade, será sobre o vencimento básico, conforme previsto no artigo 201e 208 da Lei Municipal Nº. 2.236/2008 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º Para os servidores celetistas, a base de cálculo para o pagamento do Adicional de Insalubridade, será sobre o valor do salário mínimo nacional, conforme artigo 92 da CLT: Capítulo V da SEG e da Medicina do Trabalho, NR 15 Atividades e Operações Insalubres; item 15.2. Adicional de Periculosidade será sobre o valor do salário mínimo nacional, conforme artigo 194 da CLT: Capítulo V da SEG e da Medicina do Trabalho, NR 16 Atividades e Operações Periculosa; item 16.2.

Art.4º A integra dos Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho deste município, ficará a disposição do Departamento de Gestão de Pessoas e da Divisão de Gestão de Saúde Ocupacional – D.G.S.O., caso o servidor necessite de cópias ficará à custa do interessado.

Art.5º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial os Decretos nº, 434 de 24 de novembro de 2016 e Nº. 440, de 29 de novembro de 2016.

MARCOS ANTONIO MÁRTIRE
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas

JOÃO TOLEDO COLONIEZI
Prefeito do Município

ANEXO ÚNICO

APRESENTAÇÃO

O presente Laudo tem pôr objetivo, avaliar as atividades laborais desenvolvidas pelos servidores, em função das possíveis exposições ocupacionais, aos agentes ambientais existentes nas diversas Secretarias, Setores e Departamentos da Prefeitura Municipal de Ibiaporã.

Os enquadramentos de riscos foram baseados nos aspectos legais trabalhistas, de insalubridade e periculosidade.

LTCAT - LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR/DEPARTAMENTO: Departamento Municipal de Administração

LOCAL DO TRABALHO: Capela Mortuária

CARGO DO TRABALHADOR: Assistente de Obras e Limpeza

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso em cerâmica, forro em laje, iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químico, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: Departamento Municipal de Administração

LOCAL DO TRABALHO: Cemitério

CARGO DO TRABALHADOR: Assistente de Obras e Limpeza

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso em cerâmica, forro em laje, iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial. Trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **caracteriza** os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: Departamento Municipal de Administração

LOCAL DO TRABALHO: Paço Municipal

CARGO DO TRABALHADOR: Assistente de Obras e Limpeza

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químico, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: Departamento Municipal de Administração

LOCAL DO TRABALHO: Departamento de Compras

CARGO DO TRABALHADOR: Assistente de Planejamento e Gestão

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente de Planejamento e Gestão, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químico, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente de Planejamento e Gestão, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: Departamento Municipal de Administração

LOCAL DO TRABALHO: IBIPREV

CARGO DO TRABALHADOR: Auxiliar Contábil

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar Contábil, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químico, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar Contábil, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.



Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento Municipal de Administração**

LOCAL DO TRABALHO: Departamento Municipal de Administração

CARGO DO TRABALHADOR: **Condutor de Veículos**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, trafegando em ruas, estradas e rodovias.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Condutor de Veículos**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químico, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Condutor de Veículos**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento Municipal de Administração**

LOCAL DO TRABALHO: **Cemitério**

CARGO DO TRABALHADOR: **Coveiro**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso em cerâmica, forro em laje, iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial. Trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Coveiro**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **caracteriza** os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Coveiro**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento Municipal de Administração**

LOCAL DO TRABALHO: Departamento de Licitações

CARGO DO TRABALHADOR: **Tecnólogo em Gestão Pública**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso em cerâmica, forro em laje, iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Tecnólogo em Gestão Pública**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químico, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Tecnólogo em Gestão Pública**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento Municipal de Administração**

LOCAL DO TRABALHO: **Cemitério**

CARGO DO TRABALHADOR: **Zeladora**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Zeladora**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **caracteriza** os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Zeladora**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento Municipal de Administração**

LOCAL DO TRABALHO: **Delegacia**

CARGO DO TRABALHADOR: **Zeladora**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso em cerâmica, forro em laje, iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Zeladora**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químico, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Zeladora**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento Municipal de Administração**

LOCAL DO TRABALHO: Batalhão Polícia Militar

CARGO DO TRABALHADOR: **Zeladora**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso em cerâmica, forro em laje, iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Zeladora**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químico, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Zeladora**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento Municipal de Serviços Públicos, Obras e Viação**

LOCAL DO TRABALHO: **Cemitério**

CARGO DO TRABALHADOR: **Segurança**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso em cerâmica, forro em laje, iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Segurança**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químico, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

O JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ é uma publicação
sob a responsabilidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPORÃ
(CNPJ 76.244.961/0001-03)

Núcleo de Comunicação Social
Chefe do Núcleo: Bruno Thiago Silva
Jornalista: Caroline Vicentini
Diagramador: Thiago Petri

Contato: (043) 3178 8440
e-mail: atosoficiais@ibipora.pr.gov.br
www.ibipora.pr.gov.br/atos-oficiais



Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Segurança, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**. Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Núcleo de Comunicação

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento Municipal de Administração**

LOCAL DO TRABALHO: Núcleo de Comunicação Social

CARGO DO TRABALHADOR: **Jornalista**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso em cerâmica, forro em laje, iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Jornalista, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químico, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Jornalista, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento de Agricultura e Meio Ambiente**

LOCAL DO TRABALHO: **Praças e Vias Públicas**

CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente de Obras e Limpeza - Poda**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza, FICA** exposto aos riscos **Físicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **FICAM** caracterizados os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Fica assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo vigente.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO FICA** exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento de Agricultura e Meio Ambiente**

LOCAL DO TRABALHO: **Viveiro Municipal**

CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente de Obras e Limpeza - Viveiro**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento de Agricultura e Meio Ambiente**

LOCAL DO TRABALHO: **Praças e Vias Públicas**

CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente de Obras e Limpeza - Galho**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento de Agricultura e Meio Ambiente**

LOCAL DO TRABALHO: **Departamento de Agricultura e Meio Ambiente**

CARGO DO TRABALHADOR: **Biólogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial. Faz visitas a propriedades Rurais, Mananciais, Reservas dentro do Município.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Biólogo, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEMM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Biólogo, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento de Agricultura e Meio Ambiente**

LOCAL DO TRABALHO: Ruas, Logradouros e Vias Municipais

CARGO DO TRABALHADOR: **Condutor de Veículos - Munck**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Condutor de Veículos, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos, Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Condutor de Veículos, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**. Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento de Agricultura e Meio Ambiente**

LOCAL DO TRABALHO: **Departamento de Agricultura e Meio Ambiente**

CARGO DO TRABALHADOR: **Operador de Motosserra**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do



Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Operador de Motosserra, FICA** exposto aos riscos **Físicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **FICAM** caracterizados os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Fica assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo vigente.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO FICA** exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento de Agricultura e Meio Ambiente**

LOCAL DO TRABALHO: **Departamento de Agricultura e Meio Ambiente**

CARGO DO TRABALHADOR: **Tecnólogo em Gestão Pública**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Tecnólogo em Gestão Pública, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Tecnólogo em Gestão Pública, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento Municipal de Administração**

LOCAL DO TRABALHO: Departamento de Tributação

CARGO DO TRABALHADOR: **Administrativo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar Administrativo, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químico, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar Administrativo, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento Municipal de Administração**

LOCAL DO TRABALHO: Departamento de Contabilidade

CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente de Planejamento e Gestão**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente de Planejamento e Gestão, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químico, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente de Planejamento e Gestão, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Departamento de Trânsito

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento de Trânsito**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas, Praças, Logradouros e Vias Públicas**

CARGO DO TRABALHADOR: **Agente Municipal de Trânsito**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso em cerâmica, forro em laje, iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial. Maior parte da jornada de trabalho e execução de tarefas, é feita em Ruas, Logradouros e Vias dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Agente Municipal de Trânsito, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Agente Municipal de Trânsito, FICA** exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**, na proporção de **30%** sobre o Salário base do servidor.

Departamento de Planejamento

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento de Planejamento**

LOCAL DO TRABALHO: **Departamento de Planejamento**

CARGO DO TRABALHADOR: **Arquiteto**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso em cerâmica, forro em laje, iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Arquiteto, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Arquiteto, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento de Planejamento**

LOCAL DO TRABALHO: **Departamento de Planejamento**

CARGO DO TRABALHADOR: **Engenheiro Civil**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso em cerâmica, forro em laje, iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Engenheiro Civil, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Engenheiro Civil, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento de Planejamento**

LOCAL DO TRABALHO: **Departamento de Planejamento**

CARGO DO TRABALHADOR: **Tecnólogo em Gestão Pública**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso em cerâmica, forro em laje, iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o



trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Tecnólogo em Gestão Pública**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Tecnólogo em Gestão Pública**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAFI – Central de Abastecimento Farmacêutico de Ibiaporã

SETOR/DEPARTAMENTO: **CAFI – Central de Abastecimento Farmacêutico de Ibiaporã**

LOCAL DO TRABALHO: **CAFI – Central de Abastecimento Farmacêutico de Ibiaporã**

CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente Social**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente Social**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente Social**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CAFI – Central de Abastecimento Farmacêutico de Ibiaporã**

LOCAL DO TRABALHO: **CAFI – Central de Abastecimento Farmacêutico de Ibiaporã**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar Administrativo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em PVC/laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar Administrativo**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar Administrativo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CAFI – Central de Abastecimento Farmacêutico de Ibiaporã**

LOCAL DO TRABALHO: **CAFI – Central de Abastecimento Farmacêutico de Ibiaporã**

CARGO DO TRABALHADOR: **Farmacêutico Bioquímico**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em PVC/laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Farmacêutico Bioquímico**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Farmacêutico Bioquímico**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial – Adulto

SETOR/DEPARTAMENTO: **CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Adulto – Cecília Peruco Deliberador**

LOCAL DO TRABALHO: **CAPS - Adulto – Cecília Peruco Deliberador**

CARGO DO TRABALHADOR: **Educador Social**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Educador Social**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Educador Social**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Adulto – Cecília Peruco Deliberador**

LOCAL DO TRABALHO: **CAPS - Adulto – Cecília Peruco Deliberador**

CARGO DO TRABALHADOR: **Enfermeira**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Enfermeira**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Enfermeira**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Adulto – Cecília Peruco Deliberador**

LOCAL DO TRABALHO: **CAPS - Adulto – Cecília Peruco Deliberador**

CARGO DO TRABALHADOR: **Fisioterapeuta**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Fisioterapeuta**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Fisioterapeuta**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Adulto – Cecília Peruco Deliberador**

LOCAL DO TRABALHO: **CAPS - Adulto – Cecília Peruco Deliberador**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Psiquiatra**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.



Como podemos observar a atividade de **Médico – Psiquiatra, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Psiquiatra, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Adulto – Cecília Peruco Deliberador**

LOCAL DO TRABALHO: **CAPS - Adulto – Cecília Peruco Deliberador**

CARGO DO TRABALHADOR: **Psicólogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Psicólogo, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Psicólogo, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Adulto – Cecília Peruco Deliberador**

LOCAL DO TRABALHO: **CAPS - Adulto – Cecília Peruco Deliberador**

CARGO DO TRABALHADOR: **Terapeuta Ocupacional**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Terapeuta Ocupacional, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Terapeuta Ocupacional, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Adulto – Cecília Peruco Deliberador**

LOCAL DO TRABALHO: **CAPS - Adulto – Cecília Peruco Deliberador**

CARGO DO TRABALHADOR: **Zeladora**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Zeladora, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo vigente.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Zeladora, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial – Infantil

SETOR/DEPARTAMENTO: **CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Infantil – Irmã Anália dos Santos**

LOCAL DO TRABALHO: **CAPS – Infantil – Irmã Anália dos Santos**

CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente Social**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente Social, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente Social, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Infantil – Irmã Anália dos Santos**

LOCAL DO TRABALHO: **CAPS – Infantil – Irmã Anália dos Santos**

CARGO DO TRABALHADOR: **Enfermeira**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Enfermeira, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Enfermeira, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Infantil – Irmã Anália dos Santos**

LOCAL DO TRABALHO: **CAPS – Infantil – Irmã Anália dos Santos**

CARGO DO TRABALHADOR: **Fonoaudiólogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Fonoaudiólogo, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Fonoaudiólogo, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Infantil – Irmã Anália dos Santos**

LOCAL DO TRABALHO: **CAPS – Infantil – Irmã Anália dos Santos**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Pediatra**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Pediatra, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Pediatra, NÃO** fica exposto aos riscos de



PERICULOSIDADE, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**. Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Infantil – Irmã Anália dos Santos**

LOCAL DO TRABALHO: **CAPS – Infantil – Irmã Anália dos Santos**

CARGO DO TRABALHADOR: **Pedagogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Pedagogo**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Pedagogo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Infantil – Irmã Anália dos Santos**

LOCAL DO TRABALHO: **CAPS – Infantil – Irmã Anália dos Santos**

CARGO DO TRABALHADOR: **Psicólogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Psicólogo**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Psicólogo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Infantil – Irmã Anália dos Santos**

LOCAL DO TRABALHO: **CAPS – Infantil – Irmã Anália dos Santos**

CARGO DO TRABALHADOR: **Terapeuta Ocupacional**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Terapeuta Ocupacional**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Terapeuta Ocupacional**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Infantil – Irmã Anália dos Santos**

LOCAL DO TRABALHO: **CAPS – Infantil – Irmã Anália dos Santos**

CARGO DO TRABALHADOR: **Zeladora**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Zeladora**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo vigente.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Zeladora**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

CEO – Centro de Especialidades Odontológicas

SETOR/DEPARTAMENTO: **CEO – Centro de Especialidades Odontológicas**

LOCAL DO TRABALHO: **CEO – Centro de Especialidades Odontológicas**

CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente de Obras e Limpeza**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo vigente.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CEO – Centro de Especialidades Odontológicas**

LOCAL DO TRABALHO: **CEO – Centro de Especialidades Odontológicas**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Consultório Dentário**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Consultório Dentário**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar de Consultório Dentário**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CEO – Centro de Especialidades Odontológicas**

LOCAL DO TRABALHO: **CEO – Centro de Especialidades Odontológicas**

CARGO DO TRABALHADOR: **Odontólogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Odontólogo**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Odontólogo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.



SETOR/DEPARTAMENTO: CEO – Centro de Especialidades Odontológicas

LOCAL DO TRABALHO: CEO – Centro de Especialidades Odontológicas

CARGO DO TRABALHADOR: Odontólogo

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Odontólogo**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Odontólogo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: CEO – Centro de Especialidades Odontológicas

LOCAL DO TRABALHO: CEO – Centro de Especialidades Odontológicas

CARGO DO TRABALHADOR: Zeladora

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Zeladora**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo vigente.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Zeladora**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

CREMI Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã

SETOR/DEPARTAMENTO: CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã

LOCAL DO TRABALHO: CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã

CARGO DO TRABALHADOR: Acupunturista

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Acupunturista**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Acupunturista**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã

LOCAL DO TRABALHO: CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã

CARGO DO TRABALHADOR: Auxiliar de Enfermagem

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Enfermagem**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar de Enfermagem**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã

LOCAL DO TRABALHO: CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã

CARGO DO TRABALHADOR: Enfermeira

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Enfermeira**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Enfermeira**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã

LOCAL DO TRABALHO: CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã

CARGO DO TRABALHADOR: Médico – Cardiologista

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Cardiologista**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Cardiologista**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã

LOCAL DO TRABALHO: CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã

CARGO DO TRABALHADOR: Médico – Clínico Geral

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Clínico Geral**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Clínico Geral**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã

LOCAL DO TRABALHO: CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã

CARGO DO TRABALHADOR: Médico Dermatologista

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.



artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico Dermatologista, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico Dermatologista, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã**

LOCAL DO TRABALHO: **CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Ginecologista**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Ginecologista, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Ginecologista, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã**

LOCAL DO TRABALHO: **CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico Oftalmologista**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico Oftalmologista, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico Oftalmologista, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã**

LOCAL DO TRABALHO: **CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico Otorrinolaringologista**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico Otorrinolaringologista, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico Otorrinolaringologista, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã**

LOCAL DO TRABALHO: **CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã**

CARGO DO TRABALHADOR: **Nutricionista**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Nutricionista, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Nutricionista, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã**

LOCAL DO TRABALHO: **CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã**

CARGO DO TRABALHADOR: **Psicólogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Psicólogo, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Psicólogo, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã**

LOCAL DO TRABALHO: **CREMI – Centro de Referência de Especialidades Médicas de Ibiporã**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico em Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico em Enfermagem, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Técnico em Enfermagem, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família

SETOR/DEPARTAMENTO: **NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família**

LOCAL DO TRABALHO: **NASF**

CARGO DO TRABALHADOR: **Fisioterapeuta**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o



trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Fisioterapeuta, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Fisioterapeuta, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família**

LOCAL DO TRABALHO: **NASF**

CARGO DO TRABALHADOR: **Fonoaudiólogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Fonoaudiólogo, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Fonoaudiólogo, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família**

LOCAL DO TRABALHO: **NASF**

CARGO DO TRABALHADOR: **Nutricionista**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Nutricionista, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Nutricionista, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família**

LOCAL DO TRABALHO: **NASF**

CARGO DO TRABALHADOR: **Psicólogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Psicólogo, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Psicólogo, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família**

LOCAL DO TRABALHO: **NASF**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico Desportivo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico Desportivo, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Técnico Desportivo, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SETOR/DEPARTAMENTO: **SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência**

LOCAL DO TRABALHO: **SAMU**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Enfermagem, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar de Enfermagem, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência**

LOCAL DO TRABALHO: **SAMU**

CARGO DO TRABALHADOR: **Condutor de Veículos**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, trafegando em ruas, estradas e rodovias.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Condutor de Veículos, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Condutor de Veículos, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência**

LOCAL DO TRABALHO: **SAMU**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico em Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico em Enfermagem, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.



Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o Técnico em Enfermagem, NÃO fica exposto aos riscos de PERICULOSIDADE, sendo assim, NÃO caracteriza os fatores que justificam ao adicional de PERICULOSIDADE.
Ficando assim SEM o direito de receber o adicional de PERICULOSIDADE.

Unidade Básica de Saúde Dr. Antônio Carlos Gomes

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Antônio Carlos Gomes**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Antônio Carlos Gomes**

CARGO DO TRABALHADOR: **Agente Comunitário de Saúde – ACS**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Agente Comunitário de Saúde, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Agente Comunitário de Saúde, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Antônio Carlos Gomes**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Antônio Carlos Gomes**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar Administrativo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Auxiliar Administrativo, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Auxiliar Administrativo, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Antônio Carlos Gomes**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Antônio Carlos Gomes**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Consultório Dentário**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Consultório Dentário, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Auxiliar de Consultório Dentário, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Dr. Antônio Carlos Gomes**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Dr. Antônio Carlos Gomes**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Enfermagem, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Auxiliar de Enfermagem, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Dr. Antônio Carlos Gomes**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Dr. Antônio Carlos Gomes**

CARGO DO TRABALHADOR: **Enfermeira**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Enfermeira, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Enfermeira, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Dr. Antônio Carlos Gomes**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Dr. Antônio Carlos Gomes**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Ginecologista**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Ginecologista, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Médico – Ginecologista, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Dr. Antônio Carlos Gomes**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Dr. Antônio Carlos Gomes**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Pediatra**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Pediatra, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Médico – Pediatra, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.



SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Dr. Antônio Carlos Gomes**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Dr. Antônio Carlos Gomes**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Clínico Geral**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Clínico Geral**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Clínico Geral**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Dr. Antônio Carlos Gomes**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Dr. Antônio Carlos Gomes**

CARGO DO TRABALHADOR: **Odontólogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Odontólogo**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Odontólogo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Dr. Antônio Carlos Gomes**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Dr. Antônio Carlos Gomes**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico em Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico em Enfermagem**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Técnico em Enfermagem**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Unidade Básica de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin - Centro de Saúde

SETOR/DEPARTAMENTO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

LOCAL DO TRABALHO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

CARGO DO TRABALHADOR: **Agente Comunitário de Saúde – ACS**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Agente Comunitário de Saúde**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Agente Comunitário de Saúde**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

LOCAL DO TRABALHO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

CARGO DO TRABALHADOR: **Agente Comunitário de Saúde – ACS**. Obs: Executa suas atividades como Recepcionista no Centro de Saúde

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Agente Comunitário de Saúde – ACS**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Agente Comunitário de Saúde – ACS**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

LOCAL DO TRABALHO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar Administrativo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar Administrativo**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar Administrativo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

LOCAL DO TRABALHO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Consultório Dentário**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Consultório Dentário**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar de Consultório Dentário**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

LOCAL DO TRABALHO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e



artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Enfermagem**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar de Enfermagem**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

LOCAL DO TRABALHO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

CARGO DO TRABALHADOR: **Condutor de Veículos** - Obs.: Os veículos não são específicos de Emergência/Urgência, são usados automóveis para o transporte de Servidores da área da Saúde e eventualmente pacientes em alta, ou que necessitem de Fisioterapia.

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, trafegando em ruas, estradas e rodovias.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Condutor de Veículos**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Condutor de Veículos**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

LOCAL DO TRABALHO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

CARGO DO TRABALHADOR: **Enfermeira**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Enfermeira**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Enfermeira**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

LOCAL DO TRABALHO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

CARGO DO TRABALHADOR: **Farmacêutico Bioquímico**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Farmacêutico Bioquímico**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Farmacêutico Bioquímico**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

LOCAL DO TRABALHO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

CARGO DO TRABALHADOR: **Fisioterapeuta**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Fisioterapeuta**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Fisioterapeuta**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

LOCAL DO TRABALHO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

CARGO DO TRABALHADOR: **Fonoaudiólogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Fonoaudiólogo**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Fonoaudiólogo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

LOCAL DO TRABALHO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Clínico Geral**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Clínico Geral**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Clínico Geral**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

LOCAL DO TRABALHO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Ginecologista**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Ginecologista**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que



justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Médico – Ginecologista**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

LOCAL DO TRABALHO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Pediatra**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Pediatra**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Médico – Pediatra**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

LOCAL DO TRABALHO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

CARGO DO TRABALHADOR: **Odontólogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Odontólogo**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Odontólogo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

LOCAL DO TRABALHO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico em Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico em Enfermagem**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Técnico em Enfermagem**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

LOCAL DO TRABALHO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico em Higiene Dental**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico em Higiene Dental**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Auxiliar Administrativo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

LOCAL DO TRABALHO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

CARGO DO TRABALHADOR: **Tecnólogo em Gestão Pública**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Tecnólogo em Gestão Pública**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Tecnólogo em Gestão Pública**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

LOCAL DO TRABALHO: **Centro de Saúde Dr. Eugênio Dal Molin**

CARGO DO TRABALHADOR: **Tecnólogo em Gestão Pública**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Tecnólogo em Gestão Pública**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Tecnólogo em Gestão Pública**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

CARGO DO TRABALHADOR: **Agente Comunitário de Saúde – ACS**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Agente Comunitário de Saúde**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.



Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Agente Comunitário de Saúde, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.
Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar Administrativo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Auxiliar Administrativo, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.
Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Auxiliar Administrativo, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Consultório Dentário**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Consultório Dentário, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Auxiliar de Consultório Dentário, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Enfermagem, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Auxiliar de Enfermagem, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

CARGO DO TRABALHADOR: **Enfermeira**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Enfermeira, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Enfermeira, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Pediatra**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Médico – Pediatra, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Médico – Pediatra, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Clínico Geral**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Médico – Clínico Geral, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Médico – Clínico Geral, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

CARGO DO TRABALHADOR: **Odontólogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Odontólogo, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Odontólogo, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.



SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico em Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico em Enfermagem**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Técnico em Enfermagem**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico em Higiene Dental**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico em Higiene Dental**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar Administrativo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico em Higiene Dental**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico em Higiene Dental**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar de Consultório Dentário**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – José Silva Sá**

CARGO DO TRABALHADOR: **Zeladora**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Zeladora**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo vigente.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Zeladora**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

CARGO DO TRABALHADOR: **Agente Comunitário de Saúde – ACS**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Agente Comunitário de Saúde**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Agente Comunitário de Saúde**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar Administrativo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Auxiliar Administrativo**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar Administrativo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Consultório Dentário**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Consultório Dentário**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar de Consultório Dentário**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e



artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Enfermagem**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar de Enfermagem**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

CARGO DO TRABALHADOR: **Enfermeira**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Enfermeira**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Enfermeira**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Clínico Geral**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Clínico Geral**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Clínico Geral**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Ginecologista**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Ginecologista**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Ginecologista**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Pediatra**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Pediatra**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Pediatra**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

CARGO DO TRABALHADOR: **Odontólogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Odontólogo**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Odontólogo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde La-Fontaine Corrêa da Costa**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico em Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico em Enfermagem**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Técnico em Enfermagem**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

CARGO DO TRABALHADOR: **Agente Comunitário de Saúde – ACS**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Agente Comunitário de Saúde**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim,



NÃO caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Agente Comunitário de Saúde, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Consultório Dentário**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Consultório Dentário, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar de Consultório Dentário, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Enfermagem, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar de Enfermagem, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

CARGO DO TRABALHADOR: **Enfermeira**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Enfermeira, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Enfermeira, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Pediatra**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Pediatra, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Pediatra, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Clínico Geral**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Clínico Geral, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Clínico Geral, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

CARGO DO TRABALHADOR: **Odontólogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Odontólogo, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Odontólogo, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico em Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico em Enfermagem, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Técnico em Enfermagem, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.



SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico em Higiene Dental**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico em Higiene Dental**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar Administrativo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde Dr. Mauro Fel Filgueiras**

CARGO DO TRABALHADOR: **Tecnólogo em Gestão Pública**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Tecnólogo em Gestão Pública**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Tecnólogo em Gestão Pública**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges**

CARGO DO TRABALHADOR: **Agente Comunitário de Saúde – ACS**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Agente Comunitário de Saúde**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Agente Comunitário de Saúde**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar Administrativo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Auxiliar Administrativo**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar Administrativo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Consultório Dentário**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Consultório Dentário**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar de Consultório Dentário**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Enfermagem**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar de Enfermagem**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges**

CARGO DO TRABALHADOR: **Enfermeira**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Enfermeira**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Enfermeira**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges**


CARGO DO TRABALHADOR: Médico – Ginecologista

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Ginecologista, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Ginecologista, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Pediatra**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Pediatra, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Pediatra, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Clínico Geral**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Clínico Geral, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Clínico Geral, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges**

CARGO DO TRABALHADOR: **Odontólogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Odontólogo, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Odontólogo, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Olemário Mendes Borges**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico em Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico em Enfermagem, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Técnico em Enfermagem, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

CARGO DO TRABALHADOR: **Agente Comunitário de Saúde – ACS**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Agente Comunitário de Saúde, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Agente Comunitário de Saúde, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente de Obras e Limpeza**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo vigente.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Consultório Dentário**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e



artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Consultório Dentário**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar de Consultório Dentário**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Enfermagem**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar de Enfermagem**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

CARGO DO TRABALHADOR: **Enfermeira**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Enfermeira**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Enfermeira**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Pediatra**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Pediatra**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Pediatra**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Clínico Geral**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Clínico Geral**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Clínico Geral**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

CARGO DO TRABALHADOR: **Odontólogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Odontólogo**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Odontólogo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico em Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico em Enfermagem**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Técnico em Enfermagem**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico em Higiene Dental**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico em Higiene Dental**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.



Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.
Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Auxiliar Administrativo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.
Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**
LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**
CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar Administrativo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em PVC/laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar Administrativo**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Auxiliar Administrativo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**
LOCAL DO TRABALHO: **Unidade Básica de Saúde – Orlando Pelisson**
CARGO DO TRABALHADOR: **Zeladora**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Zeladora**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo vigente.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Zeladora**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**
LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**
CARGO DO TRABALHADOR: **Agente Comunitário de Saúde – ACS**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Agente Comunitário de Saúde**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Agente Comunitário de Saúde**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**
LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**
CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar Administrativo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Auxiliar Administrativo**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Auxiliar Administrativo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**
LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**
CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Consultório Dentário**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Consultório Dentário**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Auxiliar de Consultório Dentário**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**
LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**
CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Enfermagem**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Auxiliar de Enfermagem**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**
LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**
CARGO DO TRABALHADOR: **Enfermeira**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Enfermeira**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Enfermeira**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.



Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Ginecologista**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Ginecologista**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Ginecologista**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Pediatra**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Pediatra**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Pediatra**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Clínico Geral**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Clínico Geral**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Clínico Geral**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**

CARGO DO TRABALHADOR: **Odontólogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Odontólogo**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Odontólogo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Taquara do Reino**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico em Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico em Enfermagem**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de 20% sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Técnico em Enfermagem**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

CARGO DO TRABALHADOR: **Agente Comunitário de Saúde – ACS**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Agente Comunitário de Saúde**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Agente Comunitário de Saúde**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar Administrativo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Auxiliar Administrativo**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar Administrativo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Consultório Dentário**



DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Consultório Dentário, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar de Consultório Dentário, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Enfermagem, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Auxiliar de Enfermagem, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

CARGO DO TRABALHADOR: **Enfermeira**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Enfermeira, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Enfermeira, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Ginecologista**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Ginecologista, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Ginecologista, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Pediatra**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Pediatra, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Pediatra, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Clínico Geral**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Clínico Geral, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Médico – Clínico Geral, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

CARGO DO TRABALHADOR: **Odontólogo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Odontólogo, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Odontólogo, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico em Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o



trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico em Enfermagem**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Técnico em Enfermagem**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

LOCAL DO TRABALHO: **UBS – Unidade Básica de Saúde – Wilson Costa Funfas**

CARGO DO TRABALHADOR: **Zeladora**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Zeladora**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo vigente.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Zeladora**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SETOR/DEPARTAMENTO: **UPA – Unidade de Pronto Atendimento**

LOCAL DO TRABALHO: **UPA**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar Administrativo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar Administrativo**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Auxiliar Administrativo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UPA – Unidade de Pronto Atendimento**

LOCAL DO TRABALHO: **UPA**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Enfermagem**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Auxiliar de Enfermagem**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UPA – Unidade de Pronto Atendimento**

LOCAL DO TRABALHO: **UPA**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar de Laboratório**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à saúde e a integridade física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar de Laboratório**, **FICA** exposto aos riscos **Biológicos**, de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**. Na proporção de **20%** sobre o salário mínimo vigente.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Auxiliar de Laboratório**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UPA – Unidade de Pronto Atendimento**

LOCAL DO TRABALHO: **UPA**

CARGO DO TRABALHADOR: **Bioquímico**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos agentes nocivos à saúde e a integridade física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Bioquímico**, **FICA** exposto aos riscos **Biológicos**, de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**. Na proporção de **20%** sobre o salário mínimo vigente.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Bioquímico**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UPA – Unidade de Pronto Atendimento**

LOCAL DO TRABALHO: **UPA**

CARGO DO TRABALHADOR: **Enfermeira**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Enfermeira**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Enfermeira**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UPA – Unidade de Pronto Atendimento**

LOCAL DO TRABALHO: **UPA**

CARGO DO TRABALHADOR: **Farmacêutico Bioquímico**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos agentes nocivos à saúde e a integridade física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Farmacêutico Bioquímico**, **FICA** exposto aos riscos **Biológicos**, de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracteriza os fatores que



justificam ao adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**. Na proporção de **20%** sobre o salário mínimo vigente.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Farmacêutico Bioquímico, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UPA – Unidade de Pronto Atendimento**

LOCAL DO TRABALHO: **UPA**

CARGO DO TRABALHADOR: **Médico – Clínico Geral**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Médico – Clínico Geral, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Médico – Clínico Geral, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UPA – Unidade de Pronto Atendimento**

LOCAL DO TRABALHO: **UPA**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico de Radiologia**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 7.394/85 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos agentes nocivos à saúde e a integridade física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico de Radiologia, FICA** exposto aos riscos **FÍSICOS** (Radiação Ionizante) e **BIOLÓGICOS**, de modo habitual e permanente caracterizando os fatores que justificam ao adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim, **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **40%**, sobre **02** (dois) Salários Mínimos em Conformidade com o **"Art. 16 da Lei 7394/85."**

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Técnico de Radiologia, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UPA – Unidade de Pronto Atendimento**

LOCAL DO TRABALHO: **UPA**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico em Enfermagem**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico em Enfermagem, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Técnico em Enfermagem, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **UPA – Unidade de Pronto Atendimento**

LOCAL DO TRABALHO: **UPA**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico em Laboratório**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos agentes nocivos à saúde e a integridade física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico em Laboratório, FICA** exposto aos riscos **Biológicos**, de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**. Na proporção de **20%** sobre o salário mínimo vigente.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Técnico em Laboratório, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Vigilância Epidemiológica

SETOR/DEPARTAMENTO: **Vigilância Epidemiológica**

LOCAL DO TRABALHO: **Vigilância Epidemiológica**

CARGO DO TRABALHADOR: **Agente Sanitário**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Agente Sanitário, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Agente Sanitário, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Vigilância Epidemiológica**

LOCAL DO TRABALHO: **Vigilância Epidemiológica**

CARGO DO TRABALHADOR: **Agente Sanitário**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Agente Sanitário, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n°. 3.214/78, o **Agente Sanitário, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Obs:

- Os Servidores na Função de **Agente Sanitário** que mantiverem o contato **HABITUAL e PERMANENTE** com os produtos defensivos organofosforados (VENENO), na aplicação e diante de inspeção e comprovação da **Habitualidade** deverá ser aplicado **INSALUBRIDADE** de 20% grau médio, sobre a referência da NR 15 Anexo 13.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Vigilância Epidemiológica**

LOCAL DO TRABALHO: **Vigilância Epidemiológica**

CARGO DO TRABALHADOR: **Auxiliar Administrativo**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n° 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Auxiliar Administrativo, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO**



caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Auxiliar Administrativo**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Vigilância Epidemiológica**

LOCAL DO TRABALHO: **Vigilância Epidemiológica**

CARGO DO TRABALHADOR: **Enfermeira**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Enfermeira**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Enfermeira**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Vigilância Sanitária

SETOR/DEPARTAMENTO: **Vigilância Sanitária**

LOCAL DO TRABALHO: **Vigilância Sanitária**

CARGO DO TRABALHADOR: **Farmacêutico Bioquímico**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Farmacêutico Bioquímico**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Farmacêutico Bioquímico**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Vigilância Sanitária**

LOCAL DO TRABALHO: **Vigilância Sanitária**

CARGO DO TRABALHADOR: **Inspetor Sanitário**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Inspetor Sanitário**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Inspetor Sanitário**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Vigilância Sanitária**

LOCAL DO TRABALHO: **Vigilância Sanitária**

CARGO DO TRABALHADOR: **Técnico Vigilância Sanitária**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Técnico Vigilância Sanitária**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Técnico Vigilância Sanitária**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Vigilância Sanitária**

LOCAL DO TRABALHO: **Vigilância Sanitária**

CARGO DO TRABALHADOR: **Veterinário**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Veterinário**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Veterinário**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Vigilância Sanitária**

LOCAL DO TRABALHO: **Vigilância Sanitária**

CARGO DO TRABALHADOR: **Zeladora**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Zeladora**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo vigente.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º 3.214/78, o **Zeladora**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Transporte Emergencial

SETOR/DEPARTAMENTO: Transporte Emergencial

LOCAL DO TRABALHO: Transporte Emergencial

CARGO DO TRABALHADOR: **Condutor de Veículos**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, trafegando em ruas, estradas e rodovias.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Condutor de Veículos**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.



Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Condutor de Veículos, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**. Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Serviço Social

SETOR/DEPARTAMENTO: **Serviço Social**

LOCAL DO TRABALHO: **Serviço Social**

CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente Social**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente Social, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Assistente Social, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento Municipal de Administração**

LOCAL DO TRABALHO: Centro de Qualificação

CARGO DO TRABALHADOR: **Segurança**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso em cerâmica, forro em laje, iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Segurança, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químico, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Segurança, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E VIAÇÃO

Vias Urbanas

SETOR/DEPARTAMENTO: **Vias Urbanas**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas, Praças, Logradouros**

CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente de Obras e Limpeza**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Vias Urbanas**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas, Praças, Logradouros**

CARGO DO TRABALHADOR: **Condutor de Veículos**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Condutor de Veículos, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos, Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Condutor de Veículos, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Vias Urbanas**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas, Praças e Próprios Municipais**

CARGO DO TRABALHADOR: **Pedreiro**

OBS: Executa trabalhos inerentes a Encanador.

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Pedreiro, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Pedreiro, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Vias Urbanas**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas, Praças e Próprios Municipais**

CARGO DO TRABALHADOR: **Pedreiro**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Pedreiro, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Pedreiro, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Vias Urbanas**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas, Praças, Logradouros**

CARGO DO TRABALHADOR: **Pedreiro**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Pedreiro, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.



Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo. Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Pedreiro, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.
Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Parque de Máquinas – Borracharia

SETOR/DEPARTAMENTO: **Parque de Máquinas**

LOCAL DO TRABALHO: **Borracharia**

CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente de Obras e Limpeza**

O Servidor Executa trabalhos inerentes a Função de Borracheiro.

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso cimentado bruto, sem forro, cobertura de zinco, iluminação natural e artificial, ventilação natural.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras de Limpeza, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos, Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente de Obras de Limpeza na Borracharia, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Parque de Máquinas**

LOCAL DO TRABALHO: **Borracharia**

CARGO DO TRABALHADOR: **Borracheiro**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso cimentado bruto, sem forro, cobertura de zinco, iluminação natural e artificial, ventilação natural.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Borracheiro, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos, Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Borracheiro, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Parque de Máquinas – Lavador

SETOR/DEPARTAMENTO: **Parque de Máquinas**

LOCAL DO TRABALHO: **Lavador**

CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente de Obras e Limpeza – Lavador e Lubrificador de Veículos**

Obs. Executa atividades inerentes a Lavador e Lubrificador de Veículos

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do

Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza, FICA** exposto aos riscos **Químicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Portão do D.E.R.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Obras e Viação**

LOCAL DO TRABALHO: **Portão do DER**

CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente de Obras e Limpeza**

Obs.: Faz o controle de acesso de pessoas ao Pátio do DER.

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Equipe de Roçagem

SETOR/DEPARTAMENTO: **Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Obras e Viação**

LOCAL DO TRABALHO: **Praças, Vias Públicas**

CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente de Obras e Limpeza**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do

Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza,, FICA** exposto aos riscos **Físicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **FICAM** caracterizados os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Fica assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo vigente.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Equipe de Limpeza de Galerias Pluviais

SETOR/DEPARTAMENTO: **Vias Urbanas**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas, Praças, Logradouros**

CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente de Obras e Limpeza (Limpeza de Galerias Pluviais e Boca Lobo)**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do

Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza, FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Parque de Máquinas

SETOR/DEPARTAMENTO: **Parque de Máquinas**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas, Praças, Logradouros**

CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente de Obras e Limpeza**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em alvenaria, piso em cerâmica/cimentado e forro em blocos de madeira, iluminação natural e artificial, ventilação natural.



CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.
Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza**, **FICA** exposto aos riscos, **Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.
Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.
Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.
Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Equipe de Pavimentação Asfáltica

SETOR/DEPARTAMENTO: **Parque de Máquinas**

LOCAL DO TRABALHO: **Usina de Asfalto e Pavimentação Asfáltica**

CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente de Obras e Limpeza (Usina e Pavimentação Asfáltica)**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.
Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza**, **FICA** exposto aos riscos, **Físicos e Químicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Parque de Máquinas**

LOCAL DO TRABALHO: **Usina de Asfalto**

CARGO DO TRABALHADOR: **Operador de Máquinas Motrizes**

Máquina avaliada Pá Carregadeira Case W20D - 85

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Operador de Máquinas Motrizes**, **FICA** exposto aos riscos, **Físicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, Caracteriza os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** do salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Operador de Máquinas Motrizes**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Parque de Máquinas**

LOCAL DO TRABALHO: **Usina de Asfalto**

CARGO DO TRABALHADOR: **Tratorista**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Tratorista**, **FICA** exposto aos riscos, **Químicos e Físicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, Caracteriza os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** do salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Tratorista**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Parque de Máquinas – Serviços Rodoviários

SETOR/DEPARTAMENTO: **Serviços Rodoviários**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas, Logradouros e Vias Municipais**

CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente de Obras e Limpeza**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos, Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Parque de Máquinas**

LOCAL DO TRABALHO: **Portão DER**

CARGO DO TRABALHADOR: **Tratorista**

Executa suas atividades no DER.

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Tratorista**, **FICA** exposto aos riscos, **Físicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, Caracteriza os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** do salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Tratorista**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Vias Urbanas**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas, Praças e Próprios Municipais**

CARGO DO TRABALHADOR: **Pedreiro**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Pedreiro**, **NÃO FICA** exposto aos riscos **Químicos, Físicos, Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justifiquem o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Pedreiro**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Parque de Máquinas**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas, Praças e Próprios Municipais**



CARGO DO TRABALHADOR: **Condutor de Veículos**

Executa os trabalhos inerentes a Frentista/Abastecimento.

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Condutor de Veículos**, **FICA** exposto aos riscos **Químicos, Acidentes (Risco de Explosão)** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, que o **Condutor de Veículos**, **FICA** exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**, na proporção de **30%** sobre o salário base.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Serviços Rodoviários**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas, Praças e Próprios Municipais**

CARGO DO TRABALHADOR: **Condutor de Veículos**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Condutor de Veículos**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos, Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Condutor de Veículos**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Parque de Máquinas – Eletricista

SETOR/DEPARTAMENTO: **Parque de Máquinas**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas, Praças e Próprios Municipais**

CARGO DO TRABALHADOR: **Eletricista**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Eletricista**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Eletricista**, **FICA** exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**, na proporção de **30%** sobre o salário base.

Equipe de Fiscalização

SETOR/DEPARTAMENTO: **Departamento de Fiscalização**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas, Praças e Próprios Municipais**

CARGO DO TRABALHADOR: **Fiscal de Obras e Tributos**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso em cerâmica, forro em laje, iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial. Maior parte da jornada de trabalho e execução de tarefas, é feita em Ruas, Logradouros e Vias dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Fiscal de Obras e Tributos**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Fiscal de Obras e Tributos**, **FICA** exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**, na proporção de **30%** sobre o Salário base do servidor.

Parque de Máquinas – Oficina Mecânica

SETOR/DEPARTAMENTO: **Parque de Máquinas**

LOCAL DO TRABALHO: **Oficina Mecânica**

CARGO DO TRABALHADOR: **Mecânico**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso cimentado bruto, sem forro, cobertura de zinco, iluminação natural e artificial, ventilação natural.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Mecânico**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Mecânico**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Parque de Máquinas - Operador de Máquinas

SETOR/DEPARTAMENTO: **Parque de Máquinas**

LOCAL DO TRABALHO: **Pedreira**

CARGO DO TRABALHADOR: **Operador de Máquinas Motrizes**

Obs.: **Opera Máquina de Esteira**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Operador de Máquinas Motrizes**, **FICA** exposto aos riscos, **Físicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, Caracteriza os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** do salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Operador de Máquinas Motrizes**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Serviços Rodoviários**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas e Estradas do Município**

CARGO DO TRABALHADOR: **Operador de Máquinas Motrizes**

Máquina avaliada Retro Escavadeira JCB - 3C

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Operador de Máquinas Motrizes**, **FICA** exposto aos riscos, **Físicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, Caracteriza os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** do salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Operador de Máquinas Motrizes**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Serviços Rodoviários**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas, Logradouros e Vias Municipais**



CARGO DO TRABALHADOR: Operador de Máquinas Motrizes

Máquina avaliada Rolo Dynapac - 97

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Operador de Máquinas Motrizes, FICA** exposto aos riscos, **Físicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, Caracteriza os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** do salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Operador de Máquinas Motrizes, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Equipe de Pintura

SETOR/DEPARTAMENTO: **Serviços Rodoviários**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas e Estradas do Município**

CARGO DO TRABALHADOR: Assistente de Obras e Limpeza/Auxiliar de Pintura

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza / Auxiliar de Pintura, FICA** exposto aos riscos, **Químicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza / Auxiliar de Pintura, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Serviços Rodoviários**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas e Estradas do Município**

CARGO DO TRABALHADOR: Pintor

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Pintor, FICA** exposto aos riscos, **Químicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Pintor, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: **Serviços Rodoviários**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas, Logradouros e Vias Municipais**

CARGO DO TRABALHADOR: Assistente de Obras e Limpeza/Auxiliar de Pintura

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza / Auxiliar de Pintura, FICA** exposto aos riscos, **Químicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza / Auxiliar de Pintura, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

- **OBS: O piloto do triciclo não faz jus do adicional de periculosidade, por não ser utilizado como utilitário.**

SETOR/DEPARTAMENTO: **Pintura**

LOCAL DO TRABALHO: **Prédios públicos Ruas, Logradouros e Vias Municipais**

CARGO DO TRABALHADOR: Pintor Letrista

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Pintor Letrista, FICA** exposto aos riscos, **Químicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **COM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**, na proporção de **20%** sobre o salário mínimo.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Pintor Letrista, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Parque de Máquinas - Serralheiro

SETOR/DEPARTAMENTO: **Parque de Máquinas**

LOCAL DO TRABALHO: **Serralheria**

CARGO DO TRABALHADOR: Serralheiro

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso cimentado bruto, sem forro, cobertura de zinco, iluminação natural e artificial, ventilação natural.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**. Como podemos observar a atividade de **Serralheiro, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos, Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Serralheiro, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Sinalização

SETOR/DEPARTAMENTO: **Serviços Rodoviários**

LOCAL DO TRABALHO: **Ruas e Estradas do Município**

CARGO DO TRABALHADOR: Assistente de Obras e Limpeza (Equipe de Pintura)

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Sem local fixo para a jornada de trabalho e execução de tarefas, sendo designado conforme a frente de trabalho, dentro do Município, trabalha a céu aberto.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.

Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químicos, Físicos, Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.

Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria n.º. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza, NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam o adicional de **PERICULOSIDADE**.



Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Terminal Rodoviário

SETOR/DEPARTAMENTO: Departamento Municipal de Administração
LOCAL DO TRABALHO: Terminal Rodoviário
CARGO DO TRABALHADOR: **Zeladora**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso em cerâmica, forro em laje, iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.
CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.
Como podemos observar a atividade de **Zeladora**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químico, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.
Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.
Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Zeladora**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.
Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: Departamento Municipal de Administração
LOCAL DO TRABALHO: Terminal Rodoviário
CARGO DO TRABALHADOR: **Assistente de Obras e Limpeza**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: O ambiente construído em alvenaria, com forro em laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.
CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.
Como podemos observar a atividade de **Assistente de Obras e Limpeza**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químico, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.
Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.
Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Assistente de Obras e Limpeza**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.
Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

SETOR/DEPARTAMENTO: Departamento Municipal de Administração
LOCAL DO TRABALHO: Terminal Rodoviário
CARGO DO TRABALHADOR: **Zeladora**

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS AMBIENTES DE TRABALHO: Construção em Alvenaria, piso em cerâmica, forro em laje, iluminação natural e artificial, ventilação natural e artificial.
CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES: De acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 e seus anexos, da Portaria 3.214/78 e Lei 6.514/77 as atividades são consideradas insalubres quando o trabalhador estiver exposto aos Agentes nocivos à Saúde e a Integridade Física de modo **HABITUAL E PERMANENTE**.
Como podemos observar a atividade de **Zeladora**, **NÃO FICA** exposto aos riscos, **Químico, Físicos e Biológicos** de modo **HABITUAL E PERMANENTE**, sendo assim, **NÃO** caracterizam os fatores que justificam o adicional de **INSALUBRIDADE**.
Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **INSALUBRIDADE**.
Diante da inspeção realizada no local de trabalho, verificou-se que de acordo com a NR- 16, e seus anexos, da Portaria nº. 3.214/78, o **Zeladora**, **NÃO** fica exposto aos riscos de **PERICULOSIDADE**, sendo assim, **NÃO** caracteriza os fatores que justificam ao adicional de **PERICULOSIDADE**.
Ficando assim **SEM** o direito de receber o adicional de **PERICULOSIDADE**.

Contratos

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO

DOADOR: Fundação Cultural de Ibioporã
DONATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPORÃ.
TERMO DE DOAÇÃO Nº 01/2017 - FCI.
OBJETO: DOAÇÃO COM ENCARGOS DO VEÍCULO FIAT DOBLO ELX 1.8 8V FLEX 2009 GASOLINA, PLACA ARL 7903 CHASSI 9BD11930591061794.
DATA DE ASSINATURA DO TERMO DE DOAÇÃO: 23 de fevereiro de 2017.
Agnaldo Adélio Eduardo

Diretor – Presidente da Fundação Cultural

Núcleo Parlamentar

EDITAL Nº 02/2017 PGM-IBIPORÃ Seleção para ingresso no quadro de estagiários da Procuradoria-Geral do Município de Ibioporã - Estado do Paraná

O Procurador-Geral do Município de Ibioporã, consoante as vagas que lhe foram deferidas, resolve:

Art.1º Tornar público o gabarito oficial da prova realizada na data de 23/02/2017:

GABARITO							
1	2	3	4	5	6	7	8
C	B	B	D	A	D	E	D

Art. 2º Tornar público a relação dos candidatos aprovados na 1ª fase do teste seletivo, por ordem de classificação:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTA
1º	Pedro da Silva Reis	4,00
2º	Arielle Caroline Secco	3,80
3º	Laisa Fay Neves	3,30
3º	Larissa Del Fraro Frederico	3,30
5º	Pedro Augusto Costa Pereira	3,00
6º	Ellen Maria Messagi	2,50
6º	Germano Matheus Codognotto da Cunha	2,50
6º	Isaias dos Santos Oliveira	2,50
9º	Dayane Hideny Matsuo	2,25
9º	Rhulian de Oliveira Gomes	2,25

Art. 3º Os candidatos relacionados ficam desde já convocados para a 2ª fase do teste seletivo (entrevista), que redesignada para a data do dia 06 de março de 2017, a partir de 13h30min, na Procuradoria Geral do Município, na sede da Prefeitura Municipal de Ibioporã (segundo piso).

Art. 4º O candidato poderá recorrer do gabarito e da classificação no prazo de 02 (dois) dia úteis da publicação, mediante manifestação escrita direcionada ao Procurador-Geral do Município.

Ibioporã, 24 de fevereiro de 2017.

LUIZ HENRIQUE B. DE O. PEDROZO
Procurador do Município

DOUGLAS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Procurador do Município

JORDAN ROGATTE DE MOURA
Procurador-Geral do Município



Núcleo de Comunicação

CREENCIAMENTO PARA COMPOR SUBCOMISSÃO TÉCNICA

O Prefeito do Município de Ibiporã torna público a convocação de (3) três profissionais das áreas de Jornalismo, Publicidade, Artes Visuais e Relações Públicas para compor Subcomissão Técnica de julgamento das propostas técnicas para processo licitatório objetivando a contratação de serviços de propaganda e publicidade, nos termos da Lei Federal nº 12.232/10. Os interessados devem encaminhar e-mail com nome completo e CPF para imprensa@ibipora.pr.gov.br até o dia 02 de março de 2017. A data da sessão será divulgada no Jornal Oficial do Município de Ibiporã, por meio do sítio eletrônico - www.ibipora.pr.gov.br. Os membros da subcomissão não serão remunerados.

Ibiporã, Pr, 24 de fevereiro de 2017

João Toledo Coloniezi
PREFEITO MUNICIPAL DE IBIPORÃ

Contabilidade

DECRETO Nº 125/2017

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências

OPREFEITODOMUNICÍPIODEIBIPORÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 2.866 de 27 de dezembro de 2016.-

DECRETA -:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 62.040,00 (sessenta e dois mil e quarenta reais) destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo indicadas, constante da tabela explicativa da despesa em vigor:

Lei/Ato nº 1626 - Decreto nº 125/2017 de 24/02/2017	Escopo	Nº	Ano
Autorização: 1573 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	2866	2016
Crédito adicional	Recurso do crédito adicional	Previsto	Realizado
Suplementar	Anulação de Dotações	35.690,00	35.690,00
Suplementar	Superávit Financeiro	26.350,00	26.350,00
Despesa			
	3 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	Anulação	5.400,00
	3.001 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	Abertura	
04.121.0001.2009	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO		
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
395	0 Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	5.400,00
	Suplementar	Acréscimo	
	3 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	Abertura	
	3.002 DEPARTAMENTO DE TRANSITO		
04.125.0001.2130	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO		
3.3.90.49.00.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
505	0 Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	5.400,00
	Suplementar	Acréscimo	
	5 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	Abertura	12.800,00
	5.002 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		
04.122.0002.2020	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		
960	0 Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	12.800,00
	Suplementar	Anulação	
	5 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	Abertura	
	5.002 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		
04.122.0002.2020	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
990	0 Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	12.800,00
	Suplementar	Acréscimo	
	6 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Abertura	1.500,00
	6.001 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
12.122.0004.2025	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
1185	104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional:	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	1.500,00
	Suplementar	Anulação	
	6 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Abertura	
	6.001 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
12.122.0004.2025	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
1230	104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional:	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	3.580,00
	Suplementar	Acréscimo	
	6 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Abertura	
	6.002 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO		
12.361.0004.2039	MANUTENÇÃO DO FUNDEB 40%		
3.1.90.49.00.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE		
1945	102 Fundeb 40%		
Crédito adicional:	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	3.580,00
	Suplementar	Anulação	
	6 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Abertura	
	6.002 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO		
12.361.0004.2039	MANUTENÇÃO DO FUNDEB 40%		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1980	102 Fundeb 40%		
Crédito adicional:	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	240,00
	Suplementar	Acréscimo	
	7 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	Abertura	
	7.001 ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA		
13.392.0011.2046	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO		
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
2190	0 Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	240,00
	Suplementar		



13.392.001.1.2046 3.1.90.94.00.00 2195	7 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO 7.001 ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 0 Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo Abertura	190,00
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações
13.392.001.1.2046 3.3.90.30.00.00 2215	7 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO 7.001 ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO MATERIAL DE CONSUMO 0 Recursos Ordinários (Livres)	Anulação Abertura	430,00
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações
15.122.0001.2050 3.1.90.16.00.00 2305	8 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E VIAÇÃO 8.001 ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 0 Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo Abertura	3.090,00
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações
15.122.0001.2050 3.1.91.13.00.00 2315	8 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E VIAÇÃO 8.001 ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRIGAÇÕES PATRONAIS 0 Recursos Ordinários (Livres)	Anulação Abertura	3.090,00
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações
15.451.0001.1061 4.4.90.61.00.00 2550	8 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E VIAÇÃO 8.003 DIVISÃO DE VIAS URBANAS AQUISIÇÃO DE TERRENOS P/ ABERTURA DE RUAS/ AVENIDAS E RODOVIAS AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS 0 Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo Abertura	550,00
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações
15.451.0001.1063 4.4.90.51.00.00 2560	8 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E VIAÇÃO 8.003 DIVISÃO DE VIAS URBANAS CONSTRUÇÃO/ PAVIMENTAÇÃO/ RESTAURAÇÃO DE ASFALTO E PONTES OBRAS E INSTALAÇÕES 0 Recursos Ordinários (Livres)	Anulação Abertura	550,00
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações
08.244.0006.2075 3.3.90.39.00.00 5320	9 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 9.001 FUNDO MUNIC ASSISTÊNCIA SOCIAL REDE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 724 Transferências Voluntárias Públicas Federais	Acréscimo Abertura Superávit Financeiro Vinculado	26.350,00
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Superávit Financeiro
08.243.0006.6078 3.1.90.16.00.00 3330	9 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 9.002 FUNDO MUNIC CRIANÇA E ADOLESCENTE PROGRAMA DE APOIO A CRIANÇA E ADOLESCENTE OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 0 Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo Abertura	490,00
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações
08.243.0006.6078 3.1.91.13.00.00 3340	9 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 9.002 FUNDO MUNIC CRIANÇA E ADOLESCENTE PROGRAMA DE APOIO A CRIANÇA E ADOLESCENTE OBRIGAÇÕES PATRONAIS 0 Recursos Ordinários (Livres)	Anulação Abertura	490,00
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações
10.305.0005.2095 3.1.90.49.00.00 4355	10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA AUXÍLIO-TRANSPORTE 497 Vigilância em Saúde	Anulação Abertura	820,00
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações
10.305.0005.2095 3.3.90.49.00.00 4400	10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA AUXÍLIO-TRANSPORTE 497 Vigilância em Saúde	Acréscimo Abertura	820,00
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações
20.122.0003.2099 3.1.90.16.00.00 4445	11 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO E MEIO 11.001 DEPTO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 0 Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo Abertura	520,00
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações
20.122.0003.2099 3.1.91.13.00.00 4455	11 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO E MEIO 11.001 DEPTO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO OBRIGAÇÕES PATRONAIS 0 Recursos Ordinários (Livres)	Anulação Abertura	520,00
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações
27.812.0007.2114 3.3.90.33.00.00 4720	12 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER 12.002 DEPARTAMENTO DE ESPORTES DIREÇÃO ESPORTIVA PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 0 Recursos Ordinários (Livres)	Anulação Abertura	1.200,00
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações
27.812.0007.2114 3.3.90.48.00.00 4740	12 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER 12.002 DEPARTAMENTO DE ESPORTES DIREÇÃO ESPORTIVA OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS 0 Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo Abertura	1.200,00
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações
04.122.0014.2124 3.1.91.13.00.00 5070	16 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS 16.001 DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL - DGSO OBRIGAÇÕES PATRONAIS 0 Recursos Ordinários (Livres)	Anulação Abertura	5.310,00
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações
04.122.0014.2124 3.3.90.49.00.00 5095	16 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS 16.001 DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL - DGSO AUXÍLIO-TRANSPORTE 0 Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo Abertura	540,00
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações
04.128.0014.2126 3.1.90.16.00.00 5140	16 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS 16.001 DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 0 Recursos Ordinários (Livres)	Acréscimo Abertura	4.770,00
Crédito adicional:	Suplementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ, aos 24 dias do mês de fevereiro de 2017.

JOÃO TOLEDO COLONIEZI
Prefeito do Município



Câmara Municipal

PORTARIA Nº 007/2017

ROBERVAL DOS SANTOS - Presidente da Câmara Municipal de Ibiporã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno do Legislativo Municipal, **considerando** o disposto nos artigos 12, 13 e 51 no inciso V e parágrafo 4º da Lei Municipal nº 2.809, de 17 de Dezembro de 2015; e de conformidade com o Decreto nº 108, de 13 de Fevereiro de 2017, do Executivo Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o pagamento de R\$ 3.354,62 (três mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) referente à taxa de contribuição para custear as despesas administrativas correntes e de capital, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Ibiporã – RPPS, a ser recolhida pelo Poder Legislativo Municipal, relativo ao exercício de 2017, na forma do cálculo publicado através do Decreto nº 108, de 13 de Fevereiro de 2017, do Executivo Municipal.

Art. 2º O pagamento será realizado por meio de interferência financeira.

Art. 3º O pagamento da taxa administrativa ocorrerá até o vigésimo dia de cada mês, facultado o pagamento antecipado do valor total mediante disponibilidade financeira, conforme tabela abaixo:

TABELA
Pagamento Mensal

MÊS	VALORES
01/2016	-0-
02/2016	304,97
03/2016	304,97
04/2016	304,97
05/2016	304,97
06/2016	304,97
07/2016	304,97
08/2016	304,97
09/2016	304,97
10/2016	304,97
11/2016	304,97
12/2016	304,92
TOTAL	3.354,62

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, aos 20 dias do mês de Fevereiro do ano de 2017.

Roberval dos Santos
Presidente

PORTARIA Nº 08/2017

ROBERVAL DOS SANTOS - Presidente da Câmara Municipal de Ibiporã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, pelo Regimento Interno do Legislativo Municipal e pela Lei Municipal nº 2236/2008, e

Considerando a aquisição de Equipamentos de Informática, realizada no ano de 2016, conforme Pregão Presencial 001/2016; considerando que os itens do referido Pregão foram entregues na última semana de 2016; considerando as rotinas administrativas necessárias para a Posse e Instalação da Nova Legislatura 2017-2020 e todos os encaminhamentos necessários no início de mandato, que atrasaram a configuração de computadores e a necessária parada da rede de computadores para instalação e configuração de novos computadores como servidores da rede; considerando a necessidade de configuração dos computadores adquiridos para uso pelos funcionários da Câmara; considerando que a maioria dos computadores da rede estavam obsoletos, necessitando substituição; considerando que o número de computadores adquiridos não contemplava a necessidade; considerando que para a disponibilização de computadores com performance aceitável para gabinetes de vereadores, está sendo necessária a manutenção em computadores existentes na rede, que possuem configurações também aceitáveis, incluindo limpeza, lubrificação de componentes, instalação de softwares; considerando que o período de férias do atual Analista de Informática da Casa para o início de 2017, havia sido oficializado conforme Portaria 14, de 29/09/2016; mas que o processo de aquisição de computadores foi concluído nos últimos dias de 2016; considerando que o período de férias do servidor foi alterado novamente conforme Portaria 01, de 05/01/2017; e considerando as diversas atividades de Informática e outras com necessidade de encaminhamento, visando não parar os serviços da Câmara; **RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o período de férias do servidor **EDSON MIGUEL DA SILVA** – Analista de Informática do Quadro de Pessoal do Legislativo Municipal de Ibiporã, correspondentes ao exercício de 2.015 – 2.016, concedido pela Portaria nº 01/2017, do período de 24 de janeiro de 2017 a 07 de fevereiro de 2017, para o período de 29 de março a 12 de abril de 2017, mantendo-se o segundo período de 11 a 25 de Julho de 2017, na forma dos artigos 142, §4º, e 146, da Lei Municipal nº 2236/2008.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Dê-se conhecimento.

Gabinete da Presidência, 20 de fevereiro de 2017.

Roberval dos Santos
Presidente



PORTARIA Nº 09/2017

ROBERVAL DOS SANTOS - Presidente da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, pelo Regimento Interno do Legislativo Municipal e pela Lei Municipal nº 2236/2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença à funcionária **ELIANE APARECIDA DA SILVA RUFATO** – assessora parlamentar, por motivo de casamento, conforme previsto na alínea "a", do inciso III, do art. 84, da Lei Municipal nº 2236/2008, pelo prazo de 08 (oito) dias, compreendendo o período de 10 a 17 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 10 de fevereiro de 2017.

Registre-se.

Dê-se conhecimento.

Gabinete da Presidência, 20 de fevereiro de 2017.

Roberval dos Santos
Presidente

SAMAE

**AVISO DE LICITAÇÃO
EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EPP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017**

Objeto: Aquisição imediata de 2 (duas) Grades em Tela Artística de 1.1/2 polegadas medindo 6,80 x 1,80 mts e 5,40 x 1,50 mts para o fechamento de espaços já construídos para armazenamento de peças hidráulicas.

Tipo: Menor Preço por item. **Data de Abertura:** 15/03/2017 às 09:00 horas.

Valor Máximo Estimado: R\$ 2.871,17 (Dois Mil, Oitocentos e Setenta e Um Reais e Dezessete Centavos).

Disponibilidade do Edital: Pelo site www.samaebi.com.br ou diretamente na sede do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - Av. Santos Dumont, 565, Centro, Iporã/Pr (De Segunda a Sexta-feira das 08:30 às 11:30 hs e das 13:30 às 16:00 hs).

Informações: Através do telefone (43) 3258 8195 – Setor de Licitações

Iporã, 23 de Fevereiro de 2017.

Alberto Baccharim - Diretor Presidente do SAMAE

EXTRATO DE DISPENSA nº 03/2017

Contratante: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.
Contratado: HERTZ POWER ELETROMECÂNICA LTDA – CNPJ 85.051.332/0001-58.
Processo: Dispensa de Licitação nº 03/2017 de 22 de Fevereiro de 2017.
Objeto: Serviço de Manutenção das Bombas das Elevatórias de Esgoto dos Jardins Canaã, Bom Pastor e John Kennedy. Manutenção necessária devido as Bombas reservas já apresentavam defeitos e aguardarem conserto, sendo necessário o serviço de forma urgente para que não ocorra transbordamento de esgoto nos reservatórios e não contamine os cursos de água da região
Motivação: Inciso IV do Art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93.
Base Legal: Conforme tabela abaixo.
Valor Unitário: R\$ 4.319,00 (Quatro mil trezentos e dezenove reais).
Valor total: Próprios
Recursos: Em até 05 (cinco) dias a contar da solicitação do SAMAE.
Prazo de Execução: Em até 20 (vinte) dias após a execução do serviço.
Prazo de Pagamento:

Item	Serviço	Quant.	Und.	Preço Unitário
01	Manutenção na bomba WEG - FAMAC 2CV - 3340 RPM 220/380V. Rebobinamento do estator classe-F. - Revisão geral na bomba. Substituição e instalação de óleo. - Substituição e instalação do cabo PP. Substituição e instalação das vedações. - Confeccionar bucha local do retentor. - Serviço de instalação do retentor LA. - Substituição dos rolamentos 6201 e 6204 DDU. - Substituição do selo mecânico 3/4 tipo 21 comum.	1,00	SV	R\$ 796,00
02	Manutenção na bomba KSB - 175 CV - 1750 CV RPM - 220 V. Rebobinagem do estator classe F. - Revisão geral na bomba. - Subst. e instalação do óleo. - Subst. e instalação do cabo 9 vias. - Subst. e instalação das vedações. - Serviço de instalação do retentor LA. - Serviço de subst. e inst. do selo mecânico 15 mm especial. - Substituição dos rolamentos 6202 e 6204 DDU. - Substituição do termostato 155A C NF B12.	1,00	SV	R\$ 1.165,00
03	Manutenção na Bomba KSB - 3,3 CV - 1750 RPM - 4P - 220V. Rebobinagem no motor. - Revisão na bomba. - Substituição e inst. de selo 25mm. Substituição e instalação de selo 22mm. - Serviço de embuchamento da carcaça. - Substituição e instalação de cabo PP. - Substituição e instalação de vedação dos cabos. - Substituição dos rolamentos 6204 DDU e 6306 ZZ.	1,00	SV	R\$ 2.358,00
VALOR TOTAL DOS ITENS				R\$ 4.319,00

Iporã, 23 de Fevereiro de 2017.

Alberto Baccharim - Diretor Presidente do SAMAE

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE nº 03/2017

HOMOLOGAÇÃO

CONTRATANTE: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS ABNT.
OBJETO: Aquisição de Normas da ABNT NBR ISO para implantação do sistema de gestão da qualidade baseado nos princípios da Norma ISO 9000 para melhorar o desempenho global do SAMAE.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Diante da inviabilidade de competição e com fulcro no Art. 25 da Lei Federal nº. 8666/93 é Inexigível a licitação em favor da empresa.
PROCESSO: Processo Adm. nº 81/2017 / Inexigência nº 03/2017
VALOR UNITÁRIO: Conforme descrito na tabela abaixo.
VALOR TOTAL: R\$ 747,00 (Setecentos e quarenta e sete reais).
RECURSOS: Próprios
PRAZO DE ENTREGA: Em até 10 (dez) dias contado a partir da solicitação.



PRAZO DE PAGAMENTO: Em até 20 (vinte) dias após a entrega.

Item	Objeto	Quant	Und	Preço Unitário	Preço Total
1	ABNT NBR ISO 19001:2015 Diretrizes para auditoria de sistema de gestão.	1,00	UN	R\$ 178,00	R\$ 178,00
2	ABNT NBR ISO 9000:2015 Sistema de gestão da qualidade - Fundamentos e vocabulário	1,00	UN	R\$ 240,00	R\$ 240,00
3	ABNT NBR ISO 9001:2015 Sistemas de gestão da qualidade - Requisitos	1,00	UN	R\$ 170,00	R\$ 170,00
4	ABNT NBR ISO / IEC 17025:2005 Versão corrigida 2:2006 Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração.	1,00	UN	R\$ 128,00	R\$ 128,00
5	Taxa de envio	1,00	UN	R\$ 31,00	R\$ 31,00
VALOR TOTAL DOS ITENS					R\$ 747,00

Ibiporã, 23 de Fevereiro de 2017.

Alberto Baccarim - Diretor Presidente do SAMAE

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO nº 07/2017

Tendo em vista o resultado do julgamento do processo licitatório, com fundamento nos Pareceres Jurídicos favoráveis, adequações a Lei Federal nº 10.520/2002 e conforme disposto no Inciso VI do Art. 43 da Lei Federal nº 8666/93, Homologo e Adjudico o presente processo a(s) empresa(s) vencedora(s) tornando público o resultado a seguir:

TIPO DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 07/2017
 OBJETO: Contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de manutenção e conservação de máquinas e equipamentos do SAMAE compreendendo os serviços de fundir, tornear, soldar, fresar, planejar, retificar e oxicorte.
 EMPRESA VENCEDORA: PETERSON HUGO FACIO YAMAMOTO SERVIÇOS ME – CNPJ: 24.695.340/0001-42.
 VALOR TOTAL: R\$ 103.950,00 (Cento e três mil novecentos e cinquenta reais).
 RECURSOS: Próprios.

Ibiporã, 22 de Fevereiro de 2017

Alberto Baccarim - Diretor Presidente do SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO nº 01/2017 (Ref: PREGÃO Nº 07/2017)

CONTRATANTE: SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
 CONTRATADO: PETERSON HUGO FACIO YAMAMOTO SERVIÇOS ME
 OBJETO: Contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de manutenção e conservação de máquinas e equipamentos do SAMAE compreendendo os serviços de fundir, tornear, soldar, fresar, planejar, retificar e oxicorte.
 PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 07/2017.
 VALOR UNITÁRIO: Conforme descrito na tabela abaixo.
 VALOR TOTAL: R\$ 103.950,00 (Cento e três mil novecentos e cinquenta reais).
 RECURSOS: Próprios.
 PAGAMENTO: Em até 20 (vinte) dias após a execução do serviço.
 PRAZO DE EXECUÇÃO: Imediato com tolerância máxima de 02 (duas) horas após recebimento da Ordem de Serviço.
 PRAZO DE VIGÊNCIA: De 23 de fevereiro de 2017 a 22 de fevereiro de 2018.
 DATA DA ASSINATURA: 23 de fevereiro de 2017.

Item	Serviço	Qtde	Unid	Preço Unitário	Preço Total
01	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE FUNDIR, SOLDAR, TORNEAR, FREZAR, PLAINAR, RETIFICAR E OXICORTE.	1.237,50	Hr	R\$ 63,00	R\$ 77.962,50
02	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS - ME COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE FUNDIR, SOLDAR, TORNEAR, FREZAR, PLAINAR, RETIFICAR E OXICORTE - ME.	412,50	Hr	R\$ 63,00	R\$ 25.987,50
VALOR TOTAL DOS ITENS – R\$					103.950,00

Alberto Baccarim - Diretor Presidente do SAMAE

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO nº 09/2017

Tendo em vista o resultado do julgamento do processo licitatório, com fundamento nos Pareceres Jurídicos favoráveis, adequações a Lei Federal nº 10.520/2002 e conforme disposto no Inciso VI do Art. 43 da Lei Federal nº 8666/93, Homologo e Adjudico o presente processo a(s) empresa(s) vencedora(s) tornando público o resultado a seguir:

TIPO DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 09/2017
 OBJETO: Aquisição imediata de 1.500 Hidrômetros para uso do SAMAE de Ibiporã para substituição de equipamentos velhos e novas ligações para fornecimento de água.
 EMPRESAS VENCEDORAS: SAGA MEDIÇÃO LTDA – CNPJ:08.026.075/0001-53.
 ITEM 1: MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS - EIRELI – CNPJ: 04.151.335/0001-61.
 ITEM 2 (EXCLUSIVO ME): Conforme tabela abaixo.
 VALOR UNITÁRIO: R\$ 69.326,25 (Sessenta e nove mil trezentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos).
 RECURSOS: Próprios.
 PAGAMENTO: Em até 20 (vinte) dias após o recebimento do produto.
 PRAZO DE ENTREGA: Em até 30 (trinta) dias após a solicitação.

Item	Produto	Marca	Qtd	Un	Preço Unitário	Preço Total
01	HIDRÔMETRO UNIJATO MAG. DE 1/2" X 1,5 M ³ H RELOJ. A 45° Medidor de água velocimétrico, unijato, transmissão magnética, com relojoaria a 45°, Classe Metrológica B na posição horizontal e Classe Metrológica A na posição vertical, conforme norma NBR NM 212 (ABNT). Carcaça de Liga Metálica. a. Vazão nominal = 0,75 m ³ / h.b. Vazão de Transição = 60 l/h.c. Vazão mínima = 15 l/h. d. Início de funcionamento típico menor ou igual a 10 l/h. e. Extremidades Roscadas DNR = G ¾ " B f. Comprimento de medidor sem conexões= 115 mm com tolerâncias + 0 e - 2, mesmo assim as outras dimensões dos hidrômetros devem ser exatamente as previstas no item 4.1.1 da NM 212 da ABNTg. Pressão de Serviço = 1 MPa no mínimo h. Comprimento Mínimo das Extremidades Roscadas = 10 mm OBS: (RELOJOARIA INCLINADA)	SAGA	1.125,00	UN	R\$ 42,29	R\$ 47.576,25
MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS - EIRELI						
Item	Produto	Marca	Qtd	Und	Preço Unitário	Preço Total



02	HIDROMETRO UNIJATO MAG. DE 1/2" X 1,5 M ³ H RELOJ. A 45° - ME Medidor de água velocimétrico, unijato, transmissão magnética, com relojoaria a 45°, Classe Metrológica B na posição horizontal e Classe Metrológica A na posição vertical, conforme norma NBR NM 212 (ABNT). Carcaça de Liga Metálica. - ME a. Vazão nominal = 0,75 m ³ /h. b. Vazão de Transição = 60 l/h. c. Vazão mínima = 15 l/h. d. Início de funcionamento típico menor ou igual a 10 l/h. e. Extremidades Roscadas DNR = G 3/4" B f. Comprimento de medidor sem conexões = 115 mm com tolerâncias + 0 e - 2, mesmo assim as outras dimensões dos hidrômetros devem ser exatamente as previstas no item 4.1.1 da NM 212 da ABNTg. Pressão de Serviço = 1 MPa no mínimo h. Comprimento Mínimo das Extremidades Roscadas = 10 mm OBS: (RELOJOARIA INCLINADA)	SAGA	375,00	UN	R\$ 58,00	R\$ 21.750,00
----	--	------	--------	----	-----------	---------------

Ibiporã, 23 de Fevereiro de 2017

Alberto Baccharim - Diretor Presidente do SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

DECISÃO

Após análise do conteúdo das razões do Recurso interposto pela empresa ANDRADE E SANTOS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA, visando alterar a decisão do Pregoeiro que desclassificou sua proposta, bem como que classificou a proposta apresentada pela empresa UNIÃO EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA e a julgou habilitada, sendo a decisão exarada na sessão de pregão, Edital de Licitação nº 02/2017, modalidade Pregão presencial, visando ao registro de preços para eventual aquisição de peças novas para retroescavadeiras e tratores. Tendo em vista os argumentos apresentados pela empresa recorrente, as contrarrazões apresentadas pela empresa recorrida, à fundamentação da decisão do Pregoeiro e do Parecer Jurídico, baseado nos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e ao julgamento objetivo, D E C I D O, por a improcedência do Recurso, e conseqüentemente, pela manutenção da decisão do Pregoeiro.

Comuniquem-se às empresas interessadas.

Ibiporã, 23 de fevereiro de 2017.

Alberto Baccharim - Diretor Presidente do SAMAE